

## **A Obra Católica Portuguesa de Migrações e o movimento associativo imigrante em Portugal. Percursos e desafios** ***The Portuguese Catholic Organisation for Migration and the immigrant associative movement in Portugal. Experiences and challenges***

Rui da Silva Pedro\*

**Resumo** A Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM) tem desempenhado, ao longo das últimas décadas, um papel fundamental nos processos de integração das populações migrantes a residir em Portugal. De igual importância tem sido a sua intervenção a nível das associações imigrantes, sendo a criação do Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL) no início da década de noventa, em colaboração com as associações de imigrantes e outros parceiros sociais, um exemplo paradigmático do compromisso da OCPM na dinamização e na capacitação do movimento associativo imigrante, na luta pelo reconhecimento e pelos direitos das populações imigrantes. A actuação da OCPM no SCAL bem como o trabalho mais recentemente desenvolvido em rede com as organizações de imigrantes e da sociedade civil, ganhou um protagonismo de grande importância nos processos de mobilização colectiva imigrante, norteados pela defesa dos direitos humanos, da igualdade, da democracia e da justiça social.

**Palavras-chave** movimento associativo imigrante, sociedade civil, direitos dos imigrantes, cidadania.

**Abstract** In recent decades, the Portuguese Catholic Organisation for Migration (OCPM) has played a major role in the integration processes of migrant populations residing in Portugal. Its work with immigrant associations has been equally important, in particular the creation in the early 1990s of the Secretariat for the Coordination of Associations for Legalisation (SCAL), in cooperation with immigrant associations and other social partners. This became a paradigmatic example of OCPM's commitment to the mobilisation and empowerment of the immigrant associational movement in its struggle for

\* Ex-Director Nacional da Obra Católica Portuguesa de Migrações. Comissão Episcopal da Mobilidade Humana / Former National Director of the Portuguese Catholic Organisation for Migration. Episcopal Commission for Human Mobility

recognition and for the rights of immigrant populations. OCPM's activity in the SCAL, as well as in the more recently developed networks of immigrant associations and civil society organisations, has been of utmost importance for collective immigrant mobilisation, orientated towards the protection of human rights, equality, democracy and social justice.

**Keywords** immigrant associativel movement, civil society, immigrants' rights, citizenship.

# **A Obra Católica Portuguesa de Migrações e o movimento associativo imigrante em Portugal. Percursos e desafios**

Rui da Silva Pedro

## **Introdução**

Aceitei com muito gosto o pedido dirigido pela amiga Ana Paula Beja Horta para escrever algumas páginas acerca do trabalho da Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM). Foi-me solicitada particularmente uma descrição do quadro geral, com a minha reflexão pessoal, sobre a intervenção desta Organização religiosa de âmbito nacional da Igreja Católica<sup>1</sup> no domínio do associativismo imigrante, bem como a sua contribuição para o trabalho “em rede” no seio da sociedade civil.

A participação da OCPM no que concerne à constituição, organização, coordenação e acção concertada do Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL) foi determinante e decisiva no caminho do movimento associativo imigrante em Portugal na década de 1990. São muitos a reconhecer este facto, começando pelos próprios dirigentes associativos e sindicais que nele participaram activamente e académicos que, de forma crescente na nossa década, se vão sempre mais interessando pela imigração. O SCAL manteve-se interveniente e activo durante uma década graças ao elevado sentido do bem comum, valores de justiça e igualdade, à capacidade de diálogo democrático e paixão “invulgar” pelos direitos humanos.

É ao meu antecessor, o rev. P. Manuel Nobre Soares (actual prior da paróquia de Vale de Milhaços na diocese de Setúbal), na sua pessoa e singular capacidade de liderança e à equipa de colaboradores que constituiu ao seu redor, que se deve o êxito do papel determinante da OCPM, como coordenadora do SCAL. Em vários conselhos e instituições da sociedade civil foi convidado como personalidade pública devido à sua postura cívica e conhecimento da realidade. O SCAL foi um catalizador de interesses e visões em prol da “novidade social” que significou a imigração, marcadamente lusófona, colonial, africana, precária, irregular, na década de noventa do século passado.

Este modesto trabalho escrito, sem a possibilidade da consulta directa dos arquivos da OCPM, por me encontrar há pouco mais de dois anos em missão no estrangeiro, baseia-se na memória da proximidade e estreita cooperação que vivi com a OCPM, desde as minhas funções de director do Serviço Diocesano de Migrações (SDM) de Setúbal até ao ano 2000. Nesse ano fui chamado pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) a substituir o P. Manuel Nobre Soares na direcção nacional da OCPM. Desenvolvi o serviço de director nacional até ao dia 1 de Abril de 2007, responsabilidade que me permitiu, nos primeiros anos de desempenho das minhas novas funções, continuar o trabalho desenvolvido e participar nas últimas reuniões do SCAL. Este texto surge, assim, como um testemunho vivido e pensado de uma boa prática.

O Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização marcou a passagem do ciclo migratório “colonial-lusófono” ao ciclo “económico-europeu” potenciado pela

crescente complexidade do fenómeno migratório marcado pela maciça chegada, “não quotizada”, de milhares de cidadãos da Europa de Leste e de outras novas proveniências não europeias, que hoje são parte integrante do panorama da imigração e povoam o universo da diversidade associativa, cultural e religiosa em Portugal.

## **1. A era solitária da OCPM: quando a imigração era uma “questão social” ligada à pobreza**

### *1.1. Estratégia de proximidade e intervenção directa*

A filosofia de trabalho que a Obra, estrutura dependente da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana (CEMH) da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) mantém desde os anos oitenta tem criado uma providencial proximidade territorial e social com a complexa e “móvel” realidade da imigração em Portugal, em particular na vasta, (sub)urbana, multicultural e pluri-religiosa Área Metropolitana de Lisboa. A vontade de proximidade, a capacidade de ouvir os imigrantes, a relação humanizante, o dever de resposta aos problemas das pessoas segundo os princípios da defesa intransigente dos valores da vida, habitação, trabalho, acolhimento e justiça, provocaram certa “descaracterização” da própria Obra, despojando-a, assim, da sua dimensão estática e burocrática de secretariado executivo, lançando-a “na rua” com um dinamismo prático e interventivo em consonância com os princípios inspiradores da Bíblia e da Doutrina Social da Igreja (DSI).

A opção de intervenção directa nem sempre conquistou o consenso da inteira CEP, apesar do grupo de bispos integrantes da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana, conduzidos pelas presidências de D. Manuel da Silva Martins, D. Januário Torgal M. Ferreira e D. António Vitalino Dantas, terem sempre apoiado e acompanhado de perto a evolução do trabalho e a actividade de representação da OCPM, em nome da Igreja, nos vários fóruns, campanhas, congressos e iniciativas solidárias da sociedade civil.

A resposta às necessidades concretas das pessoas e associações que recorriam à OCPM, levou a organização católica: a participar em reuniões, celebrações e festas de imigrantes nos próprios bairros; a apoiar e a consolidar a auto-organização dos próprios grupos de imigrantes no processo que vai da comissão instaladora à formalização da associação; a abrir um gabinete de apoio jurídico e psico-social na sua própria sede; e, mais recentemente, a ser parceria no Centro de Acolhimento Temporário S. João de Deus; entre outras actividades, também a “ser voz”, junto das instituições democráticas do poder central e local, de uma multidão de casos concretos de pessoas e situações de grupos informais e organizados (ex. comissões de moradores: embrião natural de muitas associações africanas). A OCPM, em sinergia com outras organizações da Igreja, tais como a Cáritas Portuguesa (CP), o Centro Padre Alves Correia (CEPAC), os Missionários Scalabrinianos e Verbits, o Serviço Jesuíta para os Refugiados (JRS) e os Secretariados Diocesanos da Pastoral de Migrações (SDPM) – continente e ilhas – desenvolveu um trabalho de sensibilização, informação, formação e mobilização com vista à capacitação dos operadores pastorais das estruturas da

Igreja. Promoveu ainda a partilha universal de recursos humanos e financeiros da Igreja canalizando-os para as muitas questões sociais e problemáticas jurídicas da imigração e asilo.

## *1.2. Identificação e solidariedade com o mundo associativo*

A emergente realidade dos imigrantes africanos e brasileiros a braços com os imperfeitos três Processos de Regularização Extraordinária de Imigrantes (em 1992/3, 1996 e 1998) e o acompanhamento necessário dos refugiados de Timor Leste e evacuados da guerra na Guiné-Bissau, desde a década anterior, mobilizaram muito trabalho “de terreno” e recursos “solidários” postos à disposição pela CEP. Contudo, em nada a OCPM diminui a sua principal missão de animação, informação, formação e coordenação dos Secretariados Diocesanos da Pastoral de Migrações (SDPM), assim como o trabalho de apoio e coordenação das Comunidades Portuguesas (CP) mediante as estruturas designadas por Missões Católicas de Língua Portuguesa. Um dos sinais deste compromisso com duas frentes foi a realização do 1º Encontro Mundial das Comunidades Portuguesas no Porto, no ano 2005.

O tipo de acção interventiva a nível local conduziu muitos parceiros associativos e instituições do próprio Estado a identificá-la com uma associação cívica ou mesmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPPS). Contudo, não o é, nem penso que o venha a ser no próximo futuro. É claro que se fosse certamente facilitaria, sem margem de dúvida, o acesso a muitos e diversificados recursos por parte de fundações, poder central e local, União Europeia, do próprio Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), mediante a natural apreciação do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração (COCAI). Também facilitaria a formalização de outras parcerias e participações às actividades da Obra, porém correriam risco, a meu ver, algumas das componentes únicas que definem sua identidade institucional e “atipicidade” como organização da sociedade civil. A saber: a afirmação da isenção política e partidária, a dependência da solidariedade dos cristãos, a flexibilidade da sua estrutura e da sua resposta solidária, a consciência crítica e vigilância constante sobre as instituições e violações dos direitos, a independência da sua acção, a credibilidade da sua palavra, os critérios cristãos da sua solidariedade, a capacidade de diálogo aberto, ecuménico e plural com todas as forças que interagem ao serviço dos migrantes, suas famílias e associações.

Mesmo não sendo associação, a OCPM, na pessoa do P. Manuel Soares, tornou-se parte do núcleo fundador, conjuntamente com as maiores associações de imigrantes, no Conselho Municipal das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas (CMCIME) de Lisboa. Conselho fundado em 1993 e, do que tive conhecimento, reestruturado em 2007, com o alargamento a 17 entidades cívicas e com outro nome: Conselho Municipal para a Interculturalidade e Cidadania.

A Obra é ainda parte, desde a constituição em 1998, do Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração (COCAI) do ACIDI, representando, sob nomeação do Alto-Comissário, as Organizações da Sociedade Civil que “trabalham com imigrantes” (art. 5º nº 2 do Decreto-Lei nº 251/2002 de 22 de Novembro).

Na verdade, diante de vários convites para parcerias, não foram poucas as vezes que tive que explicar o tipo de organização canónica que é OCPM, à luz da Concordata, na sua estrutura, metodologia, filosofia, nos seus limites e nas suas possibilidades. Na verdade, devido à flexibilidade das legislações produzidas a nível da imigração para conselhos consultivos nacionais e autárquicos, aprovadas sobre a vigilância atenta e competente do ACIDI, mantém-se a possibilidade da participação de uma variedade de organizações civis, sem que se reduza o âmbito dos intervenientes exclusivamente ao mundo do associativismo, reconhecido segundo os requisitos exigidos por lei. Convém continuar a reconhecer a “informalidade” de muitas organizações que prestam um serviço real e próximo às várias categorias de cidadãos em vulnerabilidade.

### *1.3. Da experiência associativa dos emigrantes portugueses ao associativismo imigrante no país*

Creio que a originalidade da intervenção cívica da Obra se caracteriza precisamente pela intercomunicação contínua e recíproca iluminação entre as duas faces visíveis da única mobilidade humana que, há quase 50 anos, atravessa em profundidade e intensidade, em qualidade e quantidade, a realidade nacional a nível cultural, demográfico, social, político e religioso do país.

Na segunda metade dos anos 80, a OCPM lança-se, com alguns parceiros, sobretudo da área sindical e religiosa (ecuménica) no mundo “desconhecido” e “virgem” da imigração em Portugal. É a grande experiência acumulada, desde a fundação em 1962, a nível do vasto mundo do associativismo dos emigrantes portugueses no estrangeiro e de organizações de emigrantes no país, que habilita a OCPM para a “inserção associativa” junto da imigração em Portugal.

O conhecimento e reconhecimento da força cultural, linguística, política, dialogante socialmente e participada a nível da integração, das organizações de cidadãos portugueses na diáspora, manteve a OCPM atenta, por um lado, às prementes necessidades humanas e familiares das comunidades imigrantes, sobretudo, africanas lusófonas e, por outro lado, ao acompanhamento e consolidação do mundo associativo em Portugal.

Para termos uma ideia do “húmus” em que nasce, e se situa o SCAL, convém lembrar que, até ao ano 1980, se conhecia apenas uma única associação de imigrantes constituída segundo os requisitos legais: a veterana Associação Caboverdeana de Lisboa (ACVL). Entidade com quem a OCPM mantém, desde há mais de três décadas, uma fecunda relação de cooperação institucional e colaboração nas múltiplas iniciativas locais e territoriais. A década de 80 marca o momento de arranque do associativismo imigrante na qual as poucas organizações envolvidas dão os primeiros passos em acções conjuntas, muitas limitadas a territórios bem definidos socialmente (bairros com grande percentagem de africanos), sem as condições jurídicas e os recursos que hoje felizmente conseguiram atingir. Em 1990, encontravam-se já constituídas dez associações de imigrantes, todas ainda voltadas para as diferentes comunidades africanas. É apenas em 1992 que se constituiu a Associação Casa do Brasil de Lisboa abrindo o caminho à pluralidade e diversificação do associativismo ligado à imigração.

É precisamente no seio desta realidade associativa emergente e ainda bastante homogénea, porque lusófona, apoiada por uma “rede” de organizações da sociedade civil, como as duas grandes Centrais Sindicais CGTP-IN e UGT, o Conselho Português para os Refugiados (CPR), o Conselho Português das Igrejas Cristãs (COPIC), a OCPM, a Organização Internacional de Migrações (OIM), com o apoio de alguns Municípios e Freguesias que se criam as premissas favoráveis à necessária constituição oficial do SCAL em 1991. O SCAL apresenta-se como a fase madura da actividade conjunta que a nível local era já realizada na base através de uma notável quantidade de associações e entidades privadas, muitas constituídas por voluntários, activistas políticos e militantes sociais.

Este Secretariado permanecerá o primeiro colectivo dos imigrantes, mandatado pela massa associativa e cívica que representará o trabalho de base das entidades e associações. Surgiu, da vontade explícita dos próprios imigrantes, seus descendentes, aliados sociais e religiosos, de falar a “uma só voz” para maior incidência social e de trabalhar com “uma só estratégia” política como resposta às dificuldades de vida dos imigrantes e suas organizações. O SCAL comprometeu-se numa maior cooperação com o Estado com vista à resolução dos problemas das comunidades imigrantes face às suas estruturas burocráticas e policiais implicadas na imigração: Inspeção-Geral do Trabalho (hoje Autoridade para as Condições do Trabalho), Segurança Social, Ministério da Administração Interna, Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (hoje para o Diálogo Intercultural), Ministérios da Justiça e da Saúde, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entre outros. De facto, o SCAL nasceu para actuar concretamente no 1.º Processo de Regularização Extraordinária de Imigrantes e prolongou a sua acção devido às contínuas alterações legislativas sobre a “situação dos estrangeiros” que a sucessão dos Governos foi apresentando às comunidades imigrantes e ao país.

## **2. A era pioneira do SCAL: quando a imigração se torna uma “questão social e política”**

### *2.1. A década de 90: a viragem no movimento associativo*

Como acontece com a maioria das organizações humanas também o SCAL surgiu num contexto particular histórico como: resposta colectiva a problemas sociais e a necessidades concretas (legalização); desafio de articulação interna entre parceiros diferentes para conjugação de esforços e aproveitamento de recursos; palco livre de denúncia de injustiças e ambiguidades “administrativas” e judiciais. O SCAL, numa atitude de cooperação aberta com o ACIME, aparece como respeitado mediador e negociador vigilante entre poder central e as comunidades imigrantes na promoção dos direitos humanos dos imigrantes: grupo marcado pela vulnerabilidade, marginalização, irregularidade, xenofobia na sociedade em acelerada “mutação” após a adesão à União Europeia.

O SCAL, interlocutor “preferencial” do Estado é solicitado, pelos poderes central e local, a um trabalho de monitorização das três regularizações realizadas nos anos

noventa. A participação nos Processos de Regularização Extraordinária marca a “viragem” do movimento associativo rumo a uma intervenção mais política (*advogacy*), menos assistencial e de emergência social. Dimensão inovadora reforçada pela institucionalização do diálogo com os partidos políticos (eleições) que o constitui como o primeiro grupo de pressão cívica dos imigrantes sobre o poder central, estruturas da Administração Pública do Estado e do Parlamento. O SCAL tornou-se num grupo pe-rito a nível da legislação de estrangeiros, como representante dos imigrantes e suas associações. O SCAL foi convidado a pronunciar-se no Parlamento sobre a nova “lei de imigração”. Pelas suas observações e recomendações aos partidos políticos e ao próprio Governo tornou-se numa organização “cívica” falada no Parlamento. Muitas das propostas formuladas foram ouvidas e aprovadas por unanimidade por todos os partidos com assento parlamentar.

O SCAL, com o consenso geral do mundo associativo que o constituiu, marca o momento da emancipação associativismo imigrante como parte específica do “*lobby*” do Terceiro Sector e parceiro social imprescindível, reconhecido por todas as forças políticas, sociais, económicas e religiosas. O SCAL deu visibilidade e credibilização ao movimento associativo dos imigrantes.

Na verdade, a década em estudo caracterizou-se por um período muito conturbado, contraditório e precário devido à “mobilidade” das várias legislações, regulamentações e procedimentos administrativos no campo da imigração. A legislação nacional ia-se progressivamente adaptando às directivas e medidas legislativas comunitárias emanadas e aprovadas pela União Europeia. Em geral, medidas legislativas e jurídicas, extraordinárias e desajustadas à realidade nacional. Na verdade, originaram uma série de situações humanas para as quais as próprias leis não tinham a resposta completa de cidadania, mendigas de mecanismos que garantissem a eficácia legal, justiça social e bom senso, reivindicada repetidamente pelas associações. Muitas situações eram casos pessoais e familiares “pendentes” marcados pela diversidade de situações criadas ao longo de duas décadas marcadas pelas consequências do processo administrativo nacional provocado pelas descolonizações do ano 1975.

Leis pontuais, imperfeitas, avulsas, não aderentes totalmente à realidade concreta, ora por desconhecimento dos grupos parlamentares, ora pela distância das estruturas do Estado que legislavam temendo uma invasão motivada por eventuais procedimentos mais bondosos de legalização. Apesar de necessárias na altura, as leis de Regularização Extraordinária revelaram-se na prática, por vontade política explícita dos governantes, incapazes de “legalizar” eficazmente todos os grupos e categorias de imigrantes em “situação irregular”. Leis precárias quanto à regulamentação dos fluxos migratórios africanos já fixados no país ou aos novos fluxos, como as “vagas” de cidadãos do Brasil.

## 2. 2. *O papel e a representatividade da rede do SCAL*

O SCAL nunca formalizou em estatuto a sua estrutura interna, mantendo-se ao longo de todo o seu percurso um grupo de características informais, onde a relação pessoal entre os dirigentes e entre as respectivas associações se sobrepunha aos interesses



políticos, ideológicos e económicos. O protagonismo pessoal inerente à militância cívica desenvolvia-se dentro do próprio Secretariado Coordenador, reforçando assim esta estrutura representativa, com forte sentido de que a luta era comum e que só unidos se atingiria o necessário reconhecimento pelo Governo e o eficaz diálogo institucional. O SCAL estabeleceu-se como grupo de trabalho e diálogo, em representação da Assembleia Geral das Associações, e foi constituído inicialmente por 7 entidades: Associação Caboverdeana de Lisboa (ACVL), Associação Guineense de Solidariedade Social (AGUINENSO), Associação Casa do Brasil de Lisboa (ACBL), Associação de Coordenação dos Migrantes Angolanos (ACMA), Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP/IN - Departamento de Migrações), União Geral de Trabalhadores (UGT- Departamento de Migrações) e Obra Católica Portuguesa de Migrações (OCPM).

O SCAL teve uma acção vasta e eficaz devido ao empenhamento generoso, apaixonado e voluntário dos dirigentes associativos, sindicais, sociais e religiosos que o constituíam. A maioria, vivendo do próprio trabalho para o sustento pessoal e familiar, encontrava-se para a concertação e articulação do trabalho estratégico, preparação de campanhas e apoios às associações representadas na rede, em geral, em horário pós-laboral. O SCAL teve que enfrentar muitas contrariedades, quer internas quer externas, devido às tensões que a participação cívica plural associativa sempre encerra.

Elenco algumas das áreas em que o SCAL se empenhou:

*a) Sensibilização para a legalidade junto dos próprios bairros*

O SCAL, como entidade colectiva, e cada uma das organizações em particular, multiplicaram-se em campanhas de sensibilização e mobilização *in loco* para que a todos os lugares, mesmo aos mais marginais e segregados nos subúrbios de Lisboa e Porto, na região do Algarve e península de Setúbal, chegasse a informação sobre a regularização e educação para a legalidade.

Aproveito para informar que, na margem sul do Tejo, o SCAL foi ajudado pelo colectivo baptizado de Comité de Associações Pró-Legalização (CAPROL), apoiado pelo Município do Seixal. Este, filho do SCAL, deslocou-se a todos os bairros da península setubalense (desde o Bairro Amarelo no Pragal ao Bairro Casquilhos no Barreiro) para uma campanha distrital de sensibilização dos imigrantes para a legalidade, com panfletos, anúncios com megafone e sessões de esclarecimento, por ocasião do 2º Processo de Regularização Extraordinário de 1996 (cfr. Lei nº 17/96). Como director do Serviço Diocesano de Migrações de Setúbal, tive a honra de integrar esta "parceria local" associativa constituída em 1996, no Seixal, por oito entidades, das quais cinco eram associações de imigrantes. A CAPROL era constituída por: Associação Africana do Barreiro (AAB), Associação Caboverdeana do Seixal (ACS), Associação Caboverdeana dos Amigos da Margem Sul do Tejo (ACAMST), Centro Europeu de Formação e Estudos sobre Migrações (CEFEM), Frente Anti-Racista (FAR - núcleo do Seixal), Organização da Juventude Santomense (OJS), Comissão Caboverdeana de Setúbal (hoje já Associação -ACS) e Serviço Diocesano de Migrações de Setúbal (SDM). Tive a

feliz dita de representar a CAPROL em algumas reuniões de trabalho e estar presente em audiências do SCAL com o MAI, ACIME e SEF, em Lisboa. O SCAL foi recebido muitas vezes pelo MAI para acertar soluções conjuntas entre o Governo e sociedade civil e grande parte das recomendações foram felizmente tidas em consideração para o bem-estar e dignidade de todos: imigrantes e portugueses.

#### *b) Informação geral, em cooperação com o SEF e o ACIME*

O objectivo era salvaguardar os imigrantes da desinformação praticada por redes de intermediários pouco transparentes e favorecida pelas contínuas mudanças legislativas, a nível dos requisitos para a regularização da permanência ou residência. O SCAL realizou inúmeras sessões de esclarecimento sobre as condições requeridas pelos processos de regularização, em parceria com entidades governamentais responsáveis pelos processos. Foi graças a esta parceria que a Administração Pública foi adaptando e melhorando, não só a sua relação com o público imigrante mas também reestruturando o seu serviço aos imigrantes e seus descendentes.

#### *c) Apoio jurídico*

Houve uma intervenção multiplicada por diferentes “centros”, sob a responsabilidade das associações, com apoio das Juntas de Freguesia, Municípios, Colectividades e Paróquias. O SCAL, diante das medidas legais e exigências jurídicas, procurou aliados junto do voluntariado e capacitou operadores para este serviço, em geral, gratuito, mantido por assistentes sociais e advogados voluntários. A experiência da “escuta quotidiana” das situações e do mau relacionamento dos imigrantes com os serviços administrativos do Estado - impreparados técnica, cultural, linguística e antropológicamente para “acolher” o público estrangeiro - levou o SCAL a apresentar elencos de sugestões e recomendações, a nível dos temas da residência e nacionalidade, para regulamentação mais abrangente e atitude administrativa menos nefasta e “incomunicável” para com os imigrantes.

#### *d) Apoio sindical*

Os departamentos das migrações das duas maiores centrais sindicais empenharam-se, capacitando os seus postos de atendimento com informação apropriada sobre os direitos dos trabalhadores estrangeiros e afinando as suas estratégias de moralização dos estaleiros, do mundo do trabalho em geral, através da denúncia de empregadores prevaricadores, resolução de situações injustas do ponto de vista remuneratório e discriminatórias na igualdade dos direitos. Era permanente o apelo à sindicalização como forma de participação cívica na sociedade de acolhimento em defesa do trabalho digno e justo.

#### *e) Apoio psico-espiritual*

A OCPM, através da sua participação activa no movimento associativo mas sem nenhuma intenção de proselitismo, fiel à sua filosofia de ecumenismo e diálogo inter-religioso, multiplicou-se e mobilizou Paróquias, Centros Sociais e Paroquiais, Se-

cretariados da Pastoral de Migrações para o apoio espiritual e religioso das várias comunidades religiosas. Foram constituídas as capelanias de imigrantes para um acompanhamento específico cultural, das quais a Capelania dos Africanos de Lisboa é das mais antigas e activas. O objectivo do apoio religioso era a integração plena que assume também os valores espirituais, a transcendência e a cosmovisão que cada cultura encerra nas suas tradições e língua. As religiões são actrizes de paz, convívência, solidariedade e fraternidade se entendidas como parte integrante do processo de diálogo e encontro entre povos.

#### *f) Advocacy e Lobby*

Estas duas dimensões foram a novidade do movimento associativo da década de noventa. O SCAL foi a primeira acção conjunta das associações de imigrantes e organizações na defesa dos direitos e liberdades humanas. Expressão da atitude de *lobbying* e momento alto da maturidade do movimento associativo foi a eleição, pela primeira vez na história portuguesa, de dois dirigentes associativos africanos (os deputados Fernando Ká, da Guiné-Bissau para a legislatura de 1991, e Celeste Correia, de Cabo Verde, para as legislaturas de 1995 e 1999) para o Parlamento da República Portuguesa.

#### *g) Participação e Cidadania*

Foram muitas as acções, apoiadas por partidos políticos, Embaixadas, ACIME e OIM, com vista ao: recenseamento eleitoral no país de origem e acolhimento; ao direito de voto para os imigrantes à luz do princípio da reciprocidade; à candidatura dos primeiros dirigentes associativos nas eleições autárquicas e legislativas; ao debate sobre a lei da nacionalidade e direitos dos descendentes de imigrantes (2.<sup>a</sup> Geração). Tem-se continuado em diferentes frentes a vigilância sistemática, hoje mais apoiada que antigamente pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial do ACIDI, no que concerne à imagem pública dos imigrantes, suas comunidades e seus descendentes, a nível dos meios de comunicação social.

#### *h) Apoio social no campo da saúde, educação, habitação e trabalho*

Numa época de poucos recursos públicos à disposição das associações para uma adequada intervenção social, as associações constituídas, as “comissões de moradores” ou grupos informais multiplicaram-se em respostas solidárias face a uma imigração marcada pela pobreza cultural, habitação “ilegal” ou “realojada” e marginalidade a nível da educação, saúde e trabalho. Eram estas as áreas principais de intervenção para as quais, na altura do SCAL, estava voltado o movimento associativo. Hoje parecem ser as áreas cultural, desportiva, profissional, juventude e política a adquirir maior importância a partir do perfil das candidaturas apresentadas, nos últimos anos ao ACIDI, para a devida apreciação do COCAL.

### 2.3. A “experiência” do programa ASETISC

O Estado e suas organizações, à medida que iam conhecendo as situações precárias de muitas famílias “em situação de carência”, pela mão segura e bem enraizada socialmente do SCAL, decidiu atribuir, de forma extraordinária e com a mediação do ACIME, um “subsídio” para a realização de micro-respostas de apoio social às necessidades dos imigrantes, suas famílias e seus descendentes. Contemporaneamente foi também contemplado com um subsídio o Conselho Português para os Refugiados (CPR) para colmatar graves dificuldades sentidas pela realidade dos requerentes de asilo e refugiados em Portugal. O CPR, como também outras organizações como a OIKOS e a COPIC, partilharam com o SCAL parte do caminho inicial e das lutas associativas da altura.

O SCAL baptizou o programa de “Apoio Social Extraordinário e Temporário a Imigrantes em Situação de Carência” (ASETISC) e teve como sede operativa o escritório da OCPM em Lisboa. Ficou decidido, por unanimidade, que os recursos financeiros seriam confiados à OCPM, “geridos” de forma isenta por uma pessoa da confiança da parceria e votados pelos membros do SCAL. A escolha da pessoa isenta caiu sobre uma cidadã brasileira que avaliava a apresentação de candidaturas, segundo os requisitos universais definidos pelo SCAL e exigidos a todas as associações interessadas, incluindo as associações e entidades representadas no SCAL. Esta modalidade, apesar de transparente e privilegiar a única “parceria” reconhecida pela maioria das associações e pelo próprio Estado, não se apresentou tema pacificamente aceite. Sendo a atribuição e administração dos dinheiros, em geral, assunto fracturante entre as associações, o SCAL apesar das dificuldades a este nível, conseguiu sempre superá-las sem que enfraquecessem a acção conjunta. Certas associações cívicas que, não convém aqui nomear, manifestaram-se em discordância com a modalidade da atribuição dos dinheiros públicos e fizeram até recurso às instituições competentes.

A decisão colectiva sobre a atribuição directa dos “micro-subsídios” às associações, e através destas a muitas famílias imigrantes em situação de crise, foi durante alguns anos a actividade “humanitária” que manteve unido, coeso e activo o SCAL. Além, como é óbvio, de todas as outras acções de intervenção sócio-política em favor do acolhimento digno, legalidade participada, educação e integração plenas. Muitas das verbas distribuídas pelo Secretariado tiveram como objectivo a formação de dirigentes associativos com vista a capacitar as associações na apresentação de projectos para a União Europeia.

A meu ver, o SCAL foi uma “boa prática” associativa pois encerrava no seu programa de acção uma variedade de dimensões, expressão viva da diversidade de entidades que o compunham. Cada associação e entidade cívica podiam contribuir para o bem comum da parceria com o específico que a caracterizava e recursos que possuía. Além dos grupos organizados, houve personalidades cívicas que contribuíram em muito para a missão do SCAL, sobretudo, no que concerne a assessoria jurídica e política. O SCAL, parceria mista, ensinou que uma rede deve garantir e gerir a diversidade e complementaridade para que o serviço comum a prestar seja abrangente, continuado e criativo.

Na verdade, na década de 90, após a criação do ACIME (1996), os recursos à disposição das associações mantinham-se escassos, apenas de cariz extraordinário provindo, sobretudo, de entidades privadas, algumas ligadas à Igreja. O mundo das Fundações ainda não tinha despertado para a realidade complexa da imigração. Facto que acontecerá só na década seguinte graças às políticas e recursos (programas) postos à disposição pela própria União Europeia e à mudança de estratégia das Fundações a nível da própria intervenção social solidária, face à centralidade e pertinência das migrações na agenda internacional.

### **3. A era do ACIME / ACIDI: quando a imigração se torna uma questão de “integração e de investigação”**

#### *3.1. O ACIME e o associativismo imigrante*

A partir da experiência do SCAL pode-se concluir que a evolução do movimento associativo segue a interdependência do ambiente social e político no qual se insere. A alternância política experimentada com as várias eleições na década de 90, sobretudo a mudança de 1995, onde o Governo PSD dá lugar ao Governo PS, favoreceu a “acção crítica” do SCAL e marcou decisivamente o movimento associativo imigrantes com a decisão sobre a constituição do ACIME. Podemos assim, de forma breve e empírica, dividir a intervenção e capacitação do movimento associativo em três períodos intimamente ligados à evolução do organismo criado pelo Estado para o acolhimento e integração dos imigrantes que foi o ACIME, hoje ACIDI, IP.

#### *a) Período 1990-1996: anterior à criação do ACIME*

Este foi um período marcado essencialmente pela “emergência social” da imigração. As respostas das pequenas dez associações existentes eram de carácter territorial, solidariedade social e concentradas na regularização legal. Foi durante este tempo que se criaram as bases para a emancipação futura do movimento associativo e intervenção política directa através do COCAI (criado pelo Decreto-Lei n.º 39/ 98). A mediação do Alto-Comissário, Dr. José Leitão, nomeado pelo Governo foi decisiva. O Alto-Comissário (criado pelo Decreto-Lei n.º 3-A/96), antes de ser escolhido pelo Governo PS do Dr. António Guterres, era já uma pessoa muito conhecida dos imigrantes e muito próxima das comunidades pela sua militância social, jurídica e política. Ele colaborou em muitas assembleias de associações, teve um papel activo na constituição do SCAL e assíduo participante nas iniciativas públicas do mesmo.

Começando a antecipar algumas conclusões deste artigo acho que talvez uma das razões do enfraquecimento do SCAL, no início do 2.º Milénio, possa ser encontrada no facto de que a maioria dos dirigentes associativos, sindicais e religiosos implicados no SCAL terem sido nomeados em 1998 para integrar o primeiro Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração (COCAI). Assim como outros líderes associativos e militantes dos direitos humanos, também ligados ao SCAL, terem sido escolhidos em 1999 para a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR). As pessoas e suas organizações, que antes se encontravam num Secretariado informal

e democrático, passaram a encontrar-se num espaço estruturado de consulta e de decisão com outras condições e responsabilidades de maior incidência política junto do Governo, suas instituições e da própria sociedade civil.

#### *b) Período 1996-2002: ACIME de primeira geração*

Não obstante, os passos de crescente cooperação institucional das associações de imigrantes com o Governo, o SCAL manteve-se um espaço alternativo, único, independente, mais informal e livre, onde as associações continuaram a concertar as suas estratégias e parcerias na fidelidade ao resto do mundo associativo não representado no COCAI. O Secretariado Coordenador permanece o garante do diálogo social e político da gama de associações – maiores e menores, fortes e fracas – e entidades de âmbito mais local e regional do Terceiro Sector. É como SCAL que as associações prosseguem seu *lobby* no mundo do associativismo português, suas campanhas, audiências aos partidos políticos, às estruturas da Administração do Estado, às representações diplomáticas das comunidades imigrantes e desenvolvimento criterioso e “solidário” do Programa ASETISC.

Em 1998, em vésperas de novas leis – Regime Jurídico das Associações de Imigrantes (Decreto-Lei n.º 115/99) e Regime de Representatividade das Associações (Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de Maio), já se podiam contabilizar cerca de 80 associações (na sua grande maioria ainda africanas!). Algumas de constituição recente, com dirigentes ainda pouco experientes, encontravam no SCAL o grande apoio para a sua acção local solidária, projecção pública e iniciação no trabalho em rede. É precisamente no seio da Assembleia Geral das Associações, que o SCAL, sob a coordenação e moderação da OCPM, procede à escolha e indigitação das duas pessoas, previstas na lei, para integrar, como representantes da sociedade civil, a Comissão Nacional para a Regularização Extraordinária (CNRE). A escolha recaiu, na altura, sobre um dirigente ligado à comunidade angolana para representar o associativismo imigrante e sobre a adjunta do director da OCPM, como representante do ACIME. Mais uma presença conjunta do associativismo e da Igreja para que o “humanismo” fosse contemplado no meio dos papéis e garantida a participação da sociedade civil na avaliação “caso a caso” das milhares de situações irregulares pendentes no MAI e SEF.

#### *c) Período de 2002-2007: ACIME de segunda geração*

Nesta fase, após a década protagonizada pelo SCAL, assiste-se à reestruturação do ACIME em 2002, pela influência do Alto-Comissário, Pe. António Vaz Pinto, pela grande competência do seu adjunto, Dr. Rui Marques, e equipa colaboradora. Uma equipa constituída por pessoas até então desconhecidas do mundo associativo imigrante e distantes das suas lutas que duravam já há duas décadas, mas que em pouco tempo tornaram-se parceiros imprescindíveis e qualificados dos imigrantes e suas associações. O ACIME constituiu-se gradualmente como entidade sólida, ambiciosa politicamente e bem articulada a nível interministerial, graças também ao grande *budget* conseguido através da aprovação consensual do Governo. É nesta primeira reestruturação que alarga significativamente a sua acção e visibilidade, animação e coordenação através da “assimilação dos direitos de autor” da maioria das iniciativas até então em curso porque “inventadas”

e “geridas” exclusivamente pelo mundo associativo comprometido com as comunidades imigrantes. Muitas destas iniciativas foram estrategicamente integradas na filosofia de acção e estrutura “flexível” que sempre inspirou o ACIME. Colocou-as em rede e dotou-as de significativos recursos humanos e financeiros com base nos orçamentos das instituições do Governo. A escassez dos recursos e meios à disposição, fruto da quotização e actividades dos sócios, levou a maioria das associações a filiarem-se oportunamente e imediatamente na “estrutura subsidiária e flexível” que caracteriza até hoje o ACIDI, dando origem assim à rede nacional dos Centros Nacionais de Apoio aos Imigrantes (CNAI) e os Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAII) onde a sociedade civil tem uma significativa participação e funciona a nível local como rosto da instituição do Estado. A reestruturação abriu inevitavelmente novas e interessantes perspectivas à intervenção do ACIME, como o preferido parceiro contemporaneamente “cívico” e “governamental” por parte das associações de imigrantes. Foram assim ultrapassadas as “boas práticas” pioneiras levadas a cabo, com grande empenho, pelo anterior Alto-Comissário, Dr. José Leitão. Coincidiu ainda com o fim do programa ASETISC do SCAL, acção que mobilizou e envolveu intensamente os parceiros na sua actuação solidária. A coesão interna e a urgência operativa do SCAL diminuía à medida que o movimento associativo crescia, se profissionalizava e adería à rede de recursos locais e nacionais criados pelo novo ACIME.

É o momento em que as associações, guiadas pelos seus dirigentes, mas também por uma geração emergente de novos dirigentes, se lançam na procura do próprio protagonismo, sem a parceria dos clássicos aliados sindicais e religiosos, entusiasmados pelas novas perspectivas que se desenhavam no domínio do associativismo.

Na passagem do milénio assiste-se à acelerada “orientalização” dos fluxos migratórios para Portugal face à tradicional característica “afro-brasileira” prevalecente desde os anos setenta. Comunidades de cidadãos oriundos da Europa de Leste começam a estabelecer-se no país, com a sua força de trabalho, cultura eslava, língua foneticamente desconhecida, religião distante apesar de cristã, e situações de vida marcadas também elas pela incontornável “irregularidade”, transporte clandestino e tráfico de pessoas seja para a indústria do sexo, seja para o trabalho informal. Este fluxo provocou alterações significativas na gestão do associativismo imigrante e na sua representação junto de conselhos municipais, nacionais (COCAI) e redes.

Fruto da minha observação, cito algumas características do ACIME de segunda geração que, a meu ver, influenciaram o mundo associativo na “fase económica” da migração:

- Apropriação por parte deste organismo do Estado da maioria das ideias e das acções que até então eram apanágio do associativismo imigrante, de entidades privadas e redes associativas, como acontecia com o próprio SCAL, designadamente cursos de português, centros de apoio jurídico e legal, centros sociais de solidariedade, instrução de processos de legalização e renovação de documentos, postos informais de oferta de emprego, apoio à habitação e à saúde, canais privilegiados de contacto com as instituições do Estado, entre outros.

- Estatização do COCAI. Na verdade, das cinte e seis organizações representadas no Conselho Consultivo apenas oito eram associações de imigrantes e quatro entidades que trabalham com imigrantes ligadas à Igreja e aos Sindicatos. Todas as outras eram representações ligadas às estruturas do próprio Estado. A maioria eram pessoas nomeadas pelos directores gerais dos serviços, com pouco conhecimento e intervenção a nível das problemáticas reais das comunidades imigrantes. Os representantes dos imigrantes eram os únicos que passavam por um acto eleitoral de representatividade que, em geral, era muito pouco participado, seja a nível de candidaturas de dirigentes, seja a nível dos eleitores imigrantes.

- Dependência do associativismo na estrutura da rede dos Centros Nacionais e Locais de Apoio ao Imigrante, através da profissionalização dos serviços, inculturação específica do serviço prestado e “co-financiamento” dos projectos particulares. A cooperação associações – ACIME surgiu para muitos como possibilidade de empregabilidade e de sustentamento económico de iniciativas das associações até então mantidas com dificuldade pelos próprios sócios.

- Qualificação do associativismo através do apoio técnico à constituição jurídica das associações, segundo as exigências da Lei, do apoio à capacitação para a liderança dos dirigentes e formação para candidaturas a programas de financiamento indicados pelo próprio ACIME.

- Através do Observatório da Imigração,<sup>2</sup> o estudo científico e sistemático da imigração nas suas mais diversificadas vertentes e valências para um real conhecimento em “quantidade” e “qualidade” do fenómeno. Apesar de o mundo académico ter despertado, como grupo de interesse, tarde para a imigração, os vários estudos, emanados pelo Observatório da Imigração, permitiram “despir” a imigração de mitos, preconceitos e insinuações mediáticas e ideológicas que deformavam a imagem pública dos imigrantes, suas comunidades e sua relevância social, económica e religiosa. Os estudos contrariaram a desinformação que impedia o acolhimento e encontro recíprocos, assim como o reconhecimento do significativo contributo decisivo da imigração para a economia nacional, sustentabilidade do trabalho, equilíbrio da Segurança Social, natalidade da nação, diversidade religiosa e cultural. Em vários estudos do Observatório e artigos do Boletim Informativo (BI) do ACIME a acção do SCAL surgiu como realidade incontornável na compreensão das primeiras articulações colectivas da sociedade civil face às delicadas e complexas questões sociais, legais e políticas levantadas pela imigração e asilo.

### *3. 2. As redes colectivas do associativismo ligado à imigração*

As associações de imigrantes, de forma exclusiva ou inclusiva face a outros aliados, tendo como modelo pioneiro o SCAL, têm vindo a constituir-se em redes. Ao longo da evolução do processo de participação cívica têm surgido variadas formas de “filiação” e “parceria”, em geral ligadas ao calendário político nacional e europeu. Da fase inicial caracterizada pelas primeiras formas de agregação (SCAL e CAPROL) ligadas aos Processos de Regularização Extraordinária de Imigrantes passou-se ao desenvolvimento de “redes”, ora mais abrangentes, ora mais restritas.



Cito as redes de que tive conhecimento e com as quais me cruzei durante o meu serviço à imigração:

- *Secretariado Coordenador de Associações para a Legalização (SCAL)*

Constituído em 1992 e suspenso em 2002, mas nunca extinto oficialmente. Na verdade, nunca foi oficialmente dissolvido pelos respectivos parceiros, em grande parte devido às suas duas características: informalidade jurídica e relacionamento fraterno entre dirigentes. Todos eles ainda hoje, de uma forma ou de outra, muito activos e intervenientes através das várias redes que animam a sociedade civil e conselhos consultivos de âmbito nacional ou autárquico. O SCAL pretendeu ser uma acção conjunta das associações de imigrantes, com os Sindicatos e a Igreja, empenhadas *in solidum* na legalização, integração e intervenção política. A OCPM desenrolava a função de coordenadora e funcionava como sede oficial.

- *Secretariado Coordenador de Associações de Imigrantes (SCAI)*

Em 2002 as associações de imigrantes, na sequência da suspensão recente do SCAL, e encontrando-se o panorama da imigração alterado devido à intensa presença de novas comunidades imigrantes não lusófonas, lançam-se na busca de um “espaço reivindicativo próprio”, constituindo uma nova rede. Porém, desta vez, sem outros aliados da sociedade civil para que não sejam outros a falar e negociar “em nome” dos próprios imigrantes. O SCAI, ao que me pareceu, apresentou-se portanto como um Secretariado constituído exclusivamente por associações de imigrantes. Constituído pelas “grandes” associações, passa a ser este doravante o Secretariado expressivo do associativismo imigrante, com vocação de interlocução directa com ACIME, poder político e mundo associativo que parece contar hoje com cerca de uma centena de associações de imigrantes devidamente reconhecidas.

- *Plataforma de Organizações de Imigrantes pela Regularização e Integração (POIRI)*

Em 2004, o SCAI interpela de novo a OCPM e as duas Centrais Sindicais UGT e CG-TP-IN para integrarem um novo grupo de pressão e diálogo político. Pretendia-se “coordenar” e “dar maior peso” à voz das associações de imigrantes junto do poder político, da comunicação social e da sociedade em geral. A OCPM foi fiel à maioria das reuniões de trabalho e acções cívicas, apesar de não ter podido participar em todas elas, como organismo dependente da CEP, devido à sua isenção política e partidária. O SCAI, coordenador desta nova, espontânea, mas talvez a Plataforma mais politizada de sempre, levou a cabo diversificadas audiências a instituições do Governo e partidos com assento parlamentar, com recomendações jurídicas e políticas, assim como algumas acções de rua: as manifestações de imigrantes em 2004 (Chiado) e 2005 (Martim Moniz).

- *Plataforma Artigo 65 para a Habitação*

Depois de várias acções de esclarecimento, debate e protesto em bairros com graves problemáticas habitativas, consequência da aplicação insuficiente do Programa Especial de Realojamento (PER) criado em 1993, um grupo de associações de imigrantes e organizações de defesa dos direitos humanos, coordenados pelos activistas da Associação Solidariedade Imigrante (SOLIM), constituíram a Plataforma com o objectivo da defesa do Direito à Habitação para todos: portugueses e imigrantes. A Comissão Justiça e Paz dos Religiosos da CIRP representa o Fórum das Organizações Católicas para a Imigração e Asilo na Plataforma.

*- Rede Anti-Racista (RAR)*

Com forte ligação aos movimentos cívicos a nível da Europa, entre outros, ao Fórum dos Migrantes, é constituída em 1999 esta rede da sociedade civil. A meu ver, apresenta-se como a mais abrangente e plural que existe neste momento em Portugal. Uma rede que integra nos seus objectivos também os direitos dos imigrantes e refugiados, mas não de forma prioritária. A luta contra o racismo, xenofobia e discriminação são a sua principal razão de ser. Os imigrantes são uma entre as tantas minorias que a RAR quer dar voz e vez, colaborando assim no debate social e nos diferentes diálogos políticos, culturais e mediáticos. A Festa da Diversidade é uma das melhores expressões da pluralidade e liberdade de associação que caracterizam esta rede.

*- Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes (PPAI)*

O mundo das Fundações, Confederações Patronais, Conselho Económico e Social, Confissões Religiosas e Municípios, com todos os recursos e campos próprios de intervenção, foi o último a mobilizar-se. Recentemente organizou-se em rede, após variados eventos públicos de preparação e captação de parcerias, para uma resposta particular e típica aos desafios da imigração a nível nacional. A Plataforma de alto nível, sob o guia experiente de António Vitorino, é protagonizada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

A Igreja está mais uma vez presente numa rede. O convite foi dirigido à Comissão Episcopal da Mobilidade Humana (CEMH) e, depois de avaliado, aceite pelo presidente da mesma. A Comissão Episcopal é uma das organizações do núcleo fundador, equiparada às outras, e é representada pelo actual director da OCPM, P. Francisco Sales Diniz, que acumula com o cargo de secretário executivo da CEMH. Da minha experiência pessoal na Plataforma, ressalto algumas características: o ACIDI integra a Plataforma como observador privilegiado e mediador imprescindível no diálogo com outros parceiros menores; a participação reduzida das confissões religiosas pois eram presentes apenas organizações ligadas aos católicos e ismaelitas; a exclusão das associações de imigrantes, facto que me levou por várias vezes a interpelar o núcleo fundador por considerar incompreensível a ausência dos principais actores de acolhimento e integração.

*- Plataforma das Estruturas Representativas das Comunidades Imigrantes em Portugal (PERCIP)*

Assume-se como o último espaço de diálogo e de concertação de posições surgido no panorama nacional entre as associações de imigrantes com vista a uma integração plena e participada. Foi constituída em 2006 e conta no seu seio cerca de 60 associações de imigrantes, tendo já realizado três importantes Fóruns nacionais. Nestas actividades, que foram muito participadas pelas associações, foram emitidas recomendações pertinentes e reforçadas as solidariedades institucionais a nível associativo e entre os dirigentes, que parece protagonizar um salutar espírito federativo. Pretende reivindicar um espaço próprio para o associativismo imigrante sem a interferência de outras forças sociais e políticas.

*3.3. A Igreja cria rede para trabalho em conjunto e unidade de intervenção*

Diante da evolução complexa da imigração e do surgir de novas formas de auto-organização da sociedade civil, face às realidades sociais “em mutação” e “partidariização” do tema da imigração, também a Igreja sente a necessidade de falar a uma só voz, como interveniente importante, reconhecida e solicitada pelo próprio movimento associativo e ACIME/ACIDI.

*- Fórum de Organizações Católicas para a Imigração e Asilo (FORCIM)*

No 1.º Fórum da Imigração, realizado na Universidade Católica de Lisboa, nasce em 2001, o Colectivo de Organizações Católicas para a Imigração (CORCIM). De 2005 em diante passa a designar-se por Fórum de Organizações Católicas para a Imigração e Asilo (FORCIM) alargando o número de entidades filiadas e integrando o tema do asilo e do tráfico de pessoas. A coordenação foi confiada à OCPM pois é a organização da Igreja que coordena toda a sua acção, através da Comissão Episcopal da Mobilidade Humana e da “rede” dos Secretariados Diocesanos da Pastoral das Migrações (SDPM). O Fórum é constituído por 11 entidades de âmbito nacional: Capelania da Comunidade dos Africanos, Capelania da Comunidade Brasileira, Cáritas Portuguesa, Centro Padre Alves Correia, Comissão Justiça e Paz dos Religiosos, Coordenação Nacional dos Imigrantes Ucrrianos, Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, Liga Operária Católica/Movimento de Trabalhadores Cristãos, Comissão de Apoio à Vítima de Tráfico de Pessoas, Serviço Jesuíta aos Refugiados e Obra Católica Portuguesa de Migrações. Tem alargado suas parcerias (Comissão Nacional Justiça e Paz e Confederação dos Institutos Religiosos de Portugal) e levado a cabo uma série de importantes audições públicas e audiências: à Presidência da República, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, à Autoridade para as Condições do Trabalho, ao Provedor de Justiça, ao IEFP, ACIDI, entre outros. O Fórum tem estado presente em várias parcerias e eventos da sociedade civil e associativismo quando é solicitado, como aconteceu com a OCPM e Cáritas Portuguesa que participaram na preparação do 1.º Encontro Ibérico de Brasileiros no Exterior (em Maio de 2002) e elaboração do Plano Nacional para a Integração dos Imigrantes (2006).

A OCPM, em sintonia com os valores que a inspiram e acolhendo as orientações do Conselho Pontifício para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes (CPPMI) – organismo da Santa Sé - que procurou empenhar-se em novas parcerias, mas sem o êxito desejado. A exemplo do que sucede noutros países da Europa, pretendia-se enriquecer o debate nacional com outras temáticas prementes e particulares tais como o direito ao trabalho, o direito a viver em família e combate à sinistralidade no trabalho, apoiadas em redes da sociedade civil. Estas e outras são realidades que requerem urgentemente respostas específicas, grupos de pressão e debates aprofundados entre a sociedade civil, as Instituições do Estado e a opinião pública.

Cito apenas um destes projectos, ainda em aberto, para que, saindo dos bastidores, por onde tem andado desde há alguns anos, encontre seguidores:

- *Comissão para a Ratificação da Convenção Internacional da ONU para a Protecção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias*

Foram várias as associações de imigrantes, organizações cívicas, sindicais e religiosas envolvidas, sob o convite explícito da OCPM e OIM, no discernimento sobre a eventual constituição e estratégia de acção em sintonia com Campanha Global pela Ratificação. Entre outras encontravam-se implicadas as organizações: a OIT, COPIC, CGTP-IN, UGT, Cáritas, SOLIM e ARE. Foi este grupo informal, em cooperação com as associações de imigrantes, que trouxe para a praça pública as questões ligadas à persistente recusa do país em ratificar a Convenção da ONU. O grupo “pressão”, de várias formas, o Governo para que explicasse publicamente - às associações de emigrantes e imigrantes, à inteira sociedade civil e aos media - as razões da sua intransigente postura política de exclusão do importante instrumento de Direito internacional recomendado pela ONU. Foi a partir, desta acção que a sociedade civil, passou a assinalar com destaque o Dia Internacional dos Migrantes (18 de Dezembro).

### **Conclusão: Na era das redes. Rumo a uma imigração com garantias de “cidadania plena e global”**

Este artigo-testemunho permitiu-me, por um lado, realizar uma viagem pela evolução do movimento associativo de e para imigrantes e, por outro, dar a conhecer ao grande público um dos momentos vividos pela OCPM, integrada no SCAL e, em seguida, noutras networks brotadas entretanto da militância criativa e comprometida de cidadãos portugueses e estrangeiros.

Que perspectivas futuras para o associativismo imigrante, a partir da experiência da aliança cívica entre a OCPM, o SCAL e outras redes? Permitam-me seis considerações finais para que o caminho realizado continue a abrir outros e novos caminhos:

- O SCAL foi a plataforma que deu início à cooperação das associações entre si e destas com o poder central, local e outras formas associativas que dinamizam o Terceiro Sector em Portugal. O próprio ACIME nasceu das entranhas fecundas do Secretariado Coordenador pois torna-se primeiro Alto-Comissário para a Imigra-

ção (ACIME) um dos seus assíduos militantes e a maioria dos dirigentes foram nomeados superiormente para constituir a primeira geração de conselheiros do COCAI.

- O SCAL foi um Secretariado Coordenador pioneiro e permanece na breve história do movimento associativo imigrante como uma referência pela sua metodologia sinérgica, princípios inspiradores, estratégia de representatividade, invulgar relação entre os dirigentes, eficaz *práxis* de cooperação construtiva e dialogante com todos. A estratégia de alianças (com o mundo dos sindicatos, das confissões religiosas, das ONG para a cooperação e desenvolvimento, dos movimentos cívicos contra racismo e discriminação, dos partidos políticos, das fundações e confederações laborais, entre outras) permanece o desafio lançado em cada década ao movimento associativo.

- As redes “mistas”, nas quais se integrou o SCAL, isto é, não constituídas exclusivamente por associações de imigrantes, não apenas por cidadãos estrangeiros, têm um papel complementar no processo participativo do acolhimento à integração dos imigrantes e seus descendentes. A acção da sociedade civil em prol dos imigrantes e refugiados não se esgota, nem se pode reduzir ao associativismo imigrante. De facto, nos anos seguintes à “suspensão” do SCAL, a OCPM continuou a ser solicitada quer pelos dirigentes associativos, quer pelos sucessivos Alto-Comissários para a Imigração (Pe. António Vaz Pinto, Dr. Rui Marques e Dra. Maria do Rosário Farmhouse) a integrar as várias redes colectivas e órgãos de consulta. Toda a sociedade civil é sujeito de integração inclusiva e coesão social, apesar de se reconhecer às associações um papel de mediação sócio-cultural imprescindível e único.

- O SCAL como outras redes de/para imigrantes foi uma “boa prática” de inclusividade associativa a seguir como lugar democrático de participação e incidência social sobre as políticas da cidade e do país. As redes são sinal da vitalidade, diversidade, capacidade, corresponsabilidade, inclusividade e militância criativa que anima o mundo complexo das migrações. Um mundo humano povoado por múltiplas potencialidades que a sociedade de acolhimento é chamada a reconhecer, favorecer e valorizar para a convivência e paz social. Refiro-me entre outras contribuições: o protagonismo cívico e voluntariado dos cidadãos, a liberdade de pensamento e religião, a autonomia laica da visão e nas parcerias, a exigência de coerência política nas políticas e estruturas colocadas ao serviço das populações, a proximidade alimentada por micro-projectos como resposta às necessidades concretas das pessoas, a diversidade nas pedagogias para a legalidade, a participação política e os diálogos intercultural, interassociativo e interreligioso. Os imigrantes têm vindo a provar que não são mera força de trabalho, meros assistentes, mas também actores. Eles são família e afectos, cultura e língua, transcendência de fé e pertença confessional, lazer e arte, música e tradições culturais. Os imigrantes através do associativismo contribuem activamente e de forma organizada para a construção da sociedade como um todo.

- Apesar do desejo natural de emancipação, pois as associações querem ser valorizadas pelo que representam sem limites ao seu pensar e agir, não têm deixado de continuar a procurar a OCPM para envolvê-la nas suas reivindicações e iniciativas. A OCPM, fiel à sua experiência de participação e coordenação aprendida no seio do SCAL, manteve e continuará a manter a colaboração com o associativismo imigrante e sociedade civil. Fá-lo-á, desde que haja convergência nos princípios humanistas, na estratégia de defesa dos direitos humanos, no sentido do bem comum e salvaguarda dos valores da vida, trabalho, habitação, cultura e família, afastando-se da partidarização e manipulação ideológica de algumas iniciativas. Infelizmente muitas dessas acções em vez de unir o movimento associativo fragmentam-no, em vez de o reforçar na defesa da vida dos imigrantes debilitam-no e penalizam a própria palavra e estratégia de acção.

- A assertividade, eficiência e a acção concertada das instituições do Estado em alguns domínios ligados à imigração, ainda que alvo de críticas e suspeitas por parte de algumas organizações, deve-se muito ao diálogo e acções iniciadas e protagonizadas pelo SCAL na década de noventa. A percepção da transversalidade e interministerialidade do ACIDI, do SEF, do IEFP, do MAI, deve-se em grande parte às reivindicações públicas e negociações de bastidores do movimento associativo e presença “discreta” das confissões religiosas através do acompanhamento/escuta da evolução da vida associativa e no atendimento solidário de pessoas/famílias que batem à porta das suas estruturas e comunidades enraizadas na vida e bairros dos migrantes.

Nesta era das redes rumo a uma imigração de cidadania plena, uma certeza fica: só na aprendizagem efectiva da conjugação de esforços, na partilha responsável de experiências e ideias, mesmo se plurais e marcadas pela tensão das diferenças, é possível construir uma sociedade humana mais inclusiva e participada por todos. Uma sociedade integrada como sonhou João B. Scalabrini (1839-1905), o grande apóstolo dos migrantes: inspirador do trabalho solidário de muitas organizações religiosas e laicais da Igreja!

## Notas

<sup>1</sup> [www.ecclesia.pt/ocpm](http://www.ecclesia.pt/ocpm)

<sup>2</sup> [www.oi.acidi.gov.pt](http://www.oi.acidi.gov.pt)

## Referências Bibliográficas

AA. VV. (2002), *A imigração em Portugal: os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.

AA. VV. (2003), “Todo o imigrante é meu irmão”, in *Actas das Jornadas de Reflexão e Debate*, Lisboa: Fundação Ajuda à Igreja que Sofre.

- AA. VV. (2004), *Actas do I Congresso Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania – Integração*, Lisboa: ACIMÉ.
- AA. VV. (2006), “Ousar a memória, fortalecer a cidadania”, in *Actas do I Encontro Mundial das Comunidades Portuguesas*, Lisboa: Obra Católica Portuguesa de Migrações.
- Albuquerque, R. (2005), “Dinâmicas associativas e comunidades migrantes”, in AA.VV, *A Imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa: Edições SOS Racismo, pp. 336-381.
- Albuquerque, R. et al. (2000), *O Fenómeno Associativo em contexto migratório. Duas décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Albuquerque, R. et al. (2001), “O Associativismo dos Imigrantes em Portugal”, *JANUS*, Lisboa: Ed. Público/Univ. Autónoma de Lisboa, pp.198-199
- Cabral, F. (1995), *Sociedade multicultural – reflexão ético-social contra o Racismo e o Nacionalismo por uma sociedade aberta e solidária*, Porto: Edições Comissão Episcopal das Migrações e Turismo, Telos.
- CEMH/OCPM (2008), “Encontros Nacionais da Pastoral de Migrações: 1967-2008. Conclusões”, *Cadernos Migrações*, n.º 4, Lisboa: Edições CEMH/OCPM,
- CEMH/OCPM (2008), “Encontros de Agentes Sócio-pastorais da Imigração: 2001-2008. Conclusões”, *Cadernos Migrações*, n.º 5, Lisboa: Edições CEMH/OCPM.
- CEMH/OCPM (2008), “Comunicados do Fórum de Organizações Católicas para Imigração e Asilo/FORCIM: 2001-2008”, *Cadernos Migrações*, n.º 6, Lisboa: Edições CEMH/OCPM.
- CPPMI (2004), “Erga Migrantes Caritas Christi”, in *People on The Move, Instrução do Conselho Pontifício da Pastoral para os Migrantes e Itinerantes*, vol. XXXVI, n.º 7, Roma.
- DEPIAC-CEPAC (1995), *Imigração e Associação, Associações africanas, outras Associações e Instituições ligadas à Imigração na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: Edições Centro Padre Alves Correia,
- Fondazione Migrantes della Conferenza Episcopale Italiana (2001), *Enchiridion della Chiesa per le Migrazioni – Documenti magisteriali ed ecumenici sulla Pastorale della Mobilità Umana (1887-2000)*, Bologna: Ed. EDB.
- Lopes, P. (1999), *Portugal – Holograma da Mobilidade Humana*, Lisboa: Edições Rei dos Livros.
- Paulo II, PP. J. (2002), *Migrações – Mensagens de João Paulo II*, Águeda: Fundação Ajuda à Igreja que Sofre e Comissão Episcopal de Migrações e Turismo.
- Pedro, R. S. (2009), “Da tomada de consciência de uma sociedade multicultural à implementação da filosofia intercultural”, in Rocha-Trindade, M.B. (org.), *Migrações. Permanências e Diversidades*, Porto: Edições Afrontamento, pp.41-52.
- Pedro, R. S. (2009), “Missão e mundo da mobilidade em Portugal”, in *Actas do Congresso Missionário Nacional “Portugal, Vive a Missão, Rasga Horizontes”*, Lisboa: Edições Obras Missionárias Pontifícias, pp. 219-230.
- Pedro, R.S. (2006), “O pensamento da Igreja em relação às migrações humanas”, *Communio, Revista Internacional Católica*, Ano XXIII, n.º 3, pp. 337-350.
- Pontificia Commissione per la Pastoral delle Migrazioni e del Turismo, Vaticano (1985), *Chiesa e Mobilità Umana – Documenti della Santa Sede dal 1883 al 1983, a cura di Graziano Tassello e Luigi Favero*, Roma: Ed. CSER.

Scalabrini (1989), *Scalabrini: uma voz atual. Páginas escolhidas dos escritos*, São Paulo: Ed. Missionários e Missionárias de S. Carlos e Ed. Loyola.  
Università Cattolica del Sacro Cuore (2001), *Il Magistero della Chiesa sulla Multiculturalità*, Milão: Università Cattolica del Sacro Cuore.